

ENTREVISTA COM CELSO BEISIEGEL REALIZADA POR MARÍLIA SPOSITO E ZAIA BRANDÃO

Celso de Rui Beisiegel atuou como docente na Universidade de São Paulo - USP, tendo recebido em 2006 o título de professor emérito, após o exercício de diversas funções no serviço público. Foi chefe de departamento, diretor da Faculdade de Educação e Pró-Reitor de Graduação. É autor de uma extensa obra publicada e referênciada na sociologia da educação.

Graduado em Ciências Sociais (1958) pela Universidade de São Paulo (USP), concluiu também nesta Universidade: Especialização em Sociologia(1964), Mestrado em Sociologia(1964), Doutorado em Sociologia(1972) e Livre docência na Faculdade de Educação em 1981.

Possui ampla experiência na área de Educação focalizando principalmente as questões relacionadas à Educação popular, Educação de adultos, Estado e educação, Política e educação e Política Educacional e Mudança Educacional. Seus últimos trabalhos publicados são "A qualidade de ensino na escola pública" (2006) e uma coletânea de seus principais escritos no livro "Celso Beisiegel: professor, administrador e pesquisador (2009). Escreveu três outros livros, contribuiu com capítulos em 17 livros e com mais de 30 trabalhos em periódicos, anais de congressos, jornais e revistas. Orientou mais de uma centena de teses e dissertações. Atuou na Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, no Conselho Estadual de Saúde do Estado de São Paulo, no Ministério da Educação e na Fundação do Livro Escolar.

Sociologia da Educação - SE: Como se deu a sua escolha pela Sociologia?

Celso: Cresci e freqüentei a escolaridade básica em Tietê, uma cidade relativamente pequena, cerca de 140 km de São Paulo. Na época, isso representava uma grande distancia da Capital, mais ou menos quatro horas de trem da Sorocabana ou no mínimo 6 horas de ônibus. O afastamento cultural era ainda maior. Havia poucos contatos dos meus conhecidos com intelectuais de outras áreas do Estado. Em suas investigações sobre a vida social do caipira, Antônio Cândido andou pela região, conheceu Menenio Lobato, meu professor de Sociologia na Escola Normal. Mas só soube disso muitos anos depois, já na Faculdade de Filosofia, por conversas do próprio Antônio Cândido.

Naqueles primeiros anos da década de 1950, já se consolidava algo como um comportamento padrão para parte dos jovens da cidade. Após a conclusão do ensino médio, no colegial ou na escola normal, as possibilidades de trabalho na própria cidade eram escassas. Uma parte dos diplomados inscrevia-se nos processos de recrutamento de professores para o ensino primário oficial. Outros deslocavam-se para a capital em busca de oportunidades de estudo e de trabalho. Minha inclusão neste grupo de candidatos ao ensino superior na capital foi adiada porque, ao completar 18 anos, fui recrutado pelo Exército. Alguns dias após a apresentação ao Segundo RO 105, em Itu, um comandante de Bateria convocou-me para uma entrevista na qual fui sondado sobre temas como remessa de juro para o exterior, capital estrangeiro, regime capitalista etc... Na hora não entendi a razão da conversa, nunca havia tratado de temas semelhantes. Muito tempo depois, considerei a possibilidade do processo de recrutamento incluir informações da administração municipal sobre os eventuais riscos políticos do recrutado. Meu pai era um dos quatro membros do glorioso partido comunista de Tietê, de notável atuação em 1946/47, na campanha eleitoral de Adhemar de Barros para o Governo do Estado. Mas, minha infância não

fora contaminada pela atuação política do velho e querido Amadeu. Certamente minha vocação sociológica não veio daí.

Saí do quartel em novembro de 1954, a tempo de freqüentar um cursinho intensivo do Grêmio da Faculdade de Filosofia da USP para os vestibulares de 1955. Inicialmente pensara candidatar-me ao curso de História e Geografia. A História era uma das minhas disciplinas favoritas e minhas vagas idéias sobre perspectivas de profissionalização envolviam atividades de magistério no ensino secundário. Mas, após avaliação das disciplinas que entravam nos vestibulares, optei pelo curso noturno de Ciências Sociais.

Para os menos favorecidos, aquele padrão mencionado envolvia trabalhar durante o dia para poder freqüentar aulas à noite. Nos meus dois primeiros anos de curso noturno trabalhei como bancário no Itaú. O salário mínimo pagava a pensão e outras despesas menores em cigarros, lanches e cinemas. Não agüentei, demiti-me do emprego, aproveitei as férias e, logo após, fui convidado por meu professor de Estatística, Álvaro Marchi, para trabalhar com ele, como estagiário, no recém-criado Centro Regional de Pesquisas Educacionais (CRPE) de São Paulo, então instalado no campus da USP, na Cidade Universitária. Como aluno do curso de Ciências Sociais, fiquei vinculado à Divisão de Estudos Sociais da Instituição. Isso ocorreu em abril de 1957.

SE: E sua aproximação de Florestan Fernandes e Luiz Pereira, como ocorreu?

Celso: Encontrei no Centro alguns pesquisadores um pouco mais velhos e experientes: meu Diretor de Divisão, Renato Jardim Moreira, José Mário Pires Azanha, Perseu Abramo, Jorge Nagle e alguns outros alunos dos cursos de Filosofia, Pedagogia e Ciências Sociais. Algum tempo depois, Luiz

Pereira foi contratado como pesquisador em minha Divisão. Ruth Cardoso e Francisco Weffort também foram companheiros de trabalho na Divisão de Pesquisas.

SE: O que veio primeiro: os mestres ou o interesse pela educação?

Celso: No curso de Ciências Sociais, nos campos da sociologia, da antropologia e das ciências políticas tive o privilégio de freqüentar disciplinas ministradas por Maria Isaura Pereira de Queiroz, Rui Galvão de Andrada Coelho, Egon Schaden, Gioconda Mussolini, Fernando de Azevedo, Antônio Cândido, Maria Sylvia de Carvalho Franco, Octávio Ianni, Lourival Gomes Machado, Oliveiros S. Ferreira e Florestan Fernandes. A partir do terceiro ano de curso, a atividade no CRPE e os estudos realizados nas Ciências Sociais articulavam-se em minha formação na sociologia da educação. Luiz Pereira foi muito importante nesse processo. Alguns anos mais velho, mais amadurecido, melhor situado economicamente, Luiz foi um dos meus primeiros orientadores na sociologia e na pesquisa educacional. Grande parte dos livros que li nessa época era da biblioteca do Luiz. Acompanhei a realização e participei ativamente das pesquisas relatadas por ele em *A Escola numa área metropolitana* e em *O magistério primário numa sociedade de classes*. Creio que Luiz Pereira foi importante também em minha aproximação do professor Florestan Fernandes. Das aulas com Florestan lembro-me, particularmente, das leituras de Karl Mannheim. Mas, Florestan foi determinante para mim e para os alunos de minha geração acima de tudo como exemplo de integridade intelectual e compromisso do sociólogo com a construção social da realidade. Acompanhei o mestre em suas andanças na Campanha em Defesa da Escola Pública. Florestan foi meu orientador no mestrado, defendido em 1964, e no doutorado. Depois da

cassação de Florestan pela ditadura militar, a orientação de meu doutorado foi assumida por Luiz Pereira.

Logo após o ingresso como estagiário no CRPE, meus vínculos com o campo da educação escolar aprofundaram-se, quando em agosto de 1957 ingressei por concurso no quadro de professores de sociologia educacional do magistério secundário e normal do Estado. Nessa época, era freqüente o comissionamento de professores do ensino oficial em outros setores da atividade educacional. Em seguida ao ingresso nos quadros do magistério, fui comissionado junto à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, para prestar serviços de pesquisa no CRPE. Em 1958, assumi ainda como comissionado a direção de um ginásio estadual noturno, recém-criado pelo Governo Jânio Quadros na periferia da Capital. Em meados de 1960, integrei-me na primeira equipe do recém-criado Fundo Estadual de Construções Escolares (FECE) do Plano de Ação do Governo Carvalho Pinto. Fiquei responsável pela coordenação e execução do programa de expansão das construções escolares para o ensino primário no Município da Capital. Estas experiências nos trabalhos realizados no CRPE, na direção do ginásio estadual noturno e na expansão da rede de escolas públicas no FECE estavam presentes na pesquisa de mestrado defendida em abril de 1964.

Entre meados de 1961 e meados de 1962, trabalhei como pesquisador no Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (CESIT), criado e coordenado por Fernando Henrique Cardoso, na Cadeira de Sociologia I, da Faculdade de Filosofia da USP. Reassumi os trabalhos no FECE em meados de 1962. Em 1963, retornei ao Centro Regional de Pesquisas Educacionais, para trabalhar como assistente de Florestan Fernandes em cursos de sociologia da educação. Como outro exemplo das condições favoráveis então disponíveis à formação intelectual, durante esses anos, na esteira de um importante seminário organizado, entre outros professores da FFCL, por

José Arthur Gianotti e Fernando Henrique Cardoso, participei de vários grupos de leitura e estudo do *Capital*. Em 1962, o Curso de Pedagogia e o Departamento de Educação da Faculdade de Filosofia foram transferidos da Rua Maria Antonia para as instalações do CRPE. Como diretor do CRPE e do Departamento de Educação da Faculdade de Filosofia, Laerte Ramos de Carvalho promoveu o progressivo entrosamento entre essas instituições. Ao longo desse processo, eu e alguns outros colegas do Centro Regional fomos incorporados ao quadro de professores da Faculdade de Filosofia da USP. Ingressei no Setor de Orientação Educacional do Departamento de Educação da Faculdade de Filosofia em 1966. Após a reforma universitária, a partir de 1970, passei a ministrar as disciplinas de sociologia da educação do curso de Pedagogia. Continuei na FEUSP, como professor dessa disciplina, até minha aposentaria por idade, em agosto de 2005.

Meu caro amigo Luiz Antonio Cunha, nos estudos sobre a construção da universidade pública contemporânea, apresenta reflexões fecundas sobre a substituição dos talentos e das vocações raras de nossos notáveis universitários do passado por grupos de pesquisadores e estudiosos agora profissionalmente estruturados. Sob essa perspectiva, seguramente inscrevo-me entre os sociólogos da educação produzidos pelo esforço formador desenvolvido na universidade pública e em suas instituições complementar.

SE: Quais seriam os principais marcos da Sociologia da Educação? E quem você destacaria?

Celso: É difícil responder a uma questão ampla como essa. Para estreitar o campo de possíveis esquecimentos ou injustiças limito minhas impressões aos primeiros tempos da disciplina na antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP.

Quaisquer reflexões sobre o ponto de partida do desenvolvimento de uma sociologia da educação na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP não podem ignorar os trabalhos de Fernando de Azevedo e de seus primeiros assistentes, Antônio Cândido e Florestan Fernandes. A contribuição de cada um deles foi diversa e merece maior qualificação. Apenas como sugestões para outros trabalhos, registro a publicação, em 1940, da *Sociologia Educacional*, de Fernando de Azevedo. Embora quase esquecido, pela importância de suas contribuições esse livro merece a atenção dos pesquisadores. Nos primeiros tempos de sua atividade docente na FFCL da USP, Florestan Fernandes publicou poucos escritos dirigidos especificamente para as questões da educação escolar. Em seus trabalhos sobre a sociedade tupinambá encontram-se importantes contribuições para o estudo da educação em sociedades primitivas. Participou também nas discussões sobre o ensino da Sociologia. Mas, sua principal contribuição para esse campo de estudos estava na insistência sobre a necessidade de compreender-se a sociologia, aí incluída a sociologia da educação, como ciência a ser rigorosamente construída a partir de uma metodologia científica. Com Florestan, o discurso anterior sobre questões da educação caminhava para a investigação sociológica empírica das realidades no campo educacional. Certamente a investigação empírica não prescindia da orientação teórica sobre o que pesquisar nas realidades sociais. Nos meados da década de 1950, Antônio Cândido publicou o artigo "A estrutura da escola" e o estudo intitulado "As diferenças entre o campo e a cidade e seu significado para a educação". Ambos os trabalhos foram fundamentais na organização dos primeiros estudos de Luiz Pereira.

Acredito que, desde seus primeiros trabalhos, Luiz realizou uma síntese fecunda das orientações teóricas e metodológicas que recebeu de Antônio Cândido e Florestan Fernandes. Um primeiro trabalho importante

de Luiz Pereira foi apresentado num seminário realizado no CRPE, em 1958. Avançando bastante as reflexões em face do que em geral prevalecia nas explicações pedagógicas, o estudo intitulado "Rendimento e deficiências do ensino primário" examinava as questões da qualidade do ensino em suas expressões quantitativas na reprovação e na evasão escolar. Concluía que as diferenças de rendimento observadas nas populações das cidades, das vilas e das zonas rurais radicavam no choque cultural entre os conteúdos do ensino primário, extraídos dos estilos de vida das classes médias e superiores das cidades, e os conteúdos culturais vividos pelas populações rústicas, no campo, nas vilas e nas periferias urbanas. A monografia intitulada *A escola primária numa área metropolitana* foi apresentada como tese de conclusão de curso na especialização em sociologia, da Cadeira de Sociologia I da Faculdade de Filosofia, sob a orientação de Florestan Fernandes. È notável a presença das indicações de Antônio Cândido, em "A estrutura da escola", na organização da coleta e das análises da massa de informações levantadas por Luiz sobre a escola investigada e as localidades por ela atendidas. Apresentado como tese de doutoramento junto à cadeira de Sociologia I da Faculdade de Filosofia, também sob a orientação de Florestan Fernandes, o trabalho sobre *O magistério primário numa sociedade de classes* documenta a profundidade e a extensão dos estudos então empreendidos e da bibliografia dominada por Luiz Pereira. Sob muitos aspectos o trabalho deixou importantes contribuições: é visto por pesquisadores das questões de gênero como um marco no estudo do magistério como ocupação feminina, inovou as discussões sobre a formação dos professores e a profissão de professor do ensino primário, contribuiu para a construção da história social do ensino primário no Estado de São Paulo. *Educação e Sociedade*, uma coletânea de leituras organizada em colaboração com Marialice Foracchi é importante contribuição para os

estudos de graduação nos cursos de Pedagogia. Em alguns dos capítulos, especialmente nas partes III e V, o livro é quase um roteiro sobre a fundamentação teórica dos textos de Luiz Pereira acima relacionados.

Há outros trabalhos importantes de sociólogos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras sobre questões do campo educacional. O artigo de Florestan Fernandes sobre "A ciência aplicada e a educação como fatores de mudança cultural provocada" foi escrito para o Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo, em 1958. Um estudo intitulado "Dados sobre a situação do ensino" foi preparado para o II Congresso Sindical dos Trabalhadores de São Paulo, como subsídio para a análise do Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Outros escritos exprimem reflexões e posições assumidas por Florestan em sua participação no processo de criação do Centro Brasileiro e dos centros regionais de pesquisas educacionais. Outros estudos sobre a educação escolar resultam de sua liderança na Campanha em Defesa da Escola Pública. Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni publicaram um artigo intitulado "As exigências educacionais da industrialização". Marialice Foracchi defendeu doutoramento sobre *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. João Baptista Borges Pereira publicou o livro *A escola secundária numa sociedade em mudança*. Cabe mencionar, aqui, também os estudos de Aparecida Joli Gouveia sobre *Professoras de amanhã* e o livro *Ensino médio e desenvolvimento*, elaborado em colaboração com Robert Havighurst.

O afastamento de expressivas lideranças intelectuais provocado pela radicalização do regime militar e a dissolução parcial da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, na reforma universitária de 1969/70, foram acompanhados por algo como um período de esvaziamento da pesquisa sociológica sobre a educação escolar.

Depois de alguns anos, a multiplicação de universidades e a institucionalização da pós-graduação promoveram notável expansão da produção acadêmica. Mas, com a progressiva especialização dos grupos de pesquisa, uma classificação dessa produção em compartimentos mais abrangentes, como sociologia da educação, ficou mais difícil. Trabalhos anteriormente identificados como sociologia da educação classificam-se agora em outros escaninhos: ensino superior, ensino médio, educação popular, educação sindical, juventude, gênero etc., dificultando uma apreciação mais circunstanciada sobre o desenvolvimento desse campo de estudos.

SE: Paulo Freire e a educação popular foram temas nucleares de suas investigações. Poderia falar um pouco sobre a articulação de Freire entre a linguagem e a política?

Celso: Cheguei aos temas dos meus primeiros trabalhos por força de circunstâncias alheias a um projeto intelectual claramente estabelecido. O mestrado, sobre a intensa expansão da rede de ginásios estaduais no Estado de São Paulo, após a retomada do regime democrático, em 1945, foi um produto natural de minhas experiências anteriores no Centro Regional de Pesquisas Educacionais (CRPE) de São Paulo, na direção de um ginásio estadual noturno na periferia da capital, e nos trabalhos realizados na coordenação da expansão da rede de escolas primárias no Fundo Estadual de Construções Escolares (FECE) do Plano de Ação do Governo Carvalho Pinto. Juntou-se a essas experiências a necessidade de conduzir um projeto de estudos iniciado e não continuado por Francisco Weffort, no CRPE, que correlacionava o êxito de propostas de criação de ginásios estaduais com a posição política dos deputados estaduais que as defendiam na Assembléia Legislativa do Estado. Observei que em menos de duas décadas, a escola

secundária antes elitista, rigidamente seletiva, rapidamente transformava-se numa escola tendencialmente aberta ao conjunto da população. O processo de incorporação de crianças e jovens das classes populares alterava radicalmente esse segmento da escolaridade. Numa série de trabalhos publicados em diferentes ocasiões procurei examinar as implicações dessa mudança. Reuni parte desses estudos no livro publicado recentemente, sobre *A qualidade do ensino na escola pública*.

Antes mesmo de concluir os trabalhos sobre a expansão da rede de escolas secundárias, comecei a acompanhar as experiências de alfabetização de adultos realizadas com o emprego do método de Paulo Freire. Como consequência de minhas atividades docentes nos cursos de sociologia da educação do CRPE, acompanhei a experiência piloto de alfabetização empreendida pela União Estadual de Estudantes, em Osasco. Depois, visitei Pernambuco e Rio Grande do Norte, levantei informações sobre a experiência realizada em Angicos, com o método de Paulo Freire, acompanhei e participei da organização da experiência de alfabetização realizada no litoral norte de São Paulo, em Ubatuba, também com o emprego do método de Paulo Freire. Os resultados de minhas investigações e análises sobre a educação de jovens e adultos são relatados nos livros *Estado e Educação Popular*, apresentado como tese de doutorado, na FFCL/USP, em 1972, e *Política e Educação Popular*, defendido como tese de livre-docência na FEUSP, em 1981, e em artigos publicados ao longo de minha atividade acadêmica. Nesses trabalhos, sempre encontrei nas propostas de educação de jovens e adultos uma mais ou menos clara intenção de formação dos agentes de construção de um determinado projeto de organização da sociedade no futuro. Numa exposição apresentada ao Seminário Internacional de Alfabetização de Adultos, em 2003, cheguei mesmo a afirmar que a educação das massas de jovens e adultos analfabetos ou

pouco escolarizados sempre foi, muito mais, uma preocupação de quem a propõe do que daqueles a quem é dirigida. Sob essa perspectiva, o estudo da educação popular deveria começar pela identificação das orientações e dos objetivos das instituições e dos grupos que, no âmbito do Estado, das Igrejas, de partidos ou de outras associações propõem-se a levar a educação às massas iletradas. Os projetos de organização da sociedade defendidos pelo diferentes agentes podem ser mais ou menos claros, podem definir-se pela adesão à preservação de uma ordem social já estabelecida ou pela intenção de recriá-la, pela reforma ou mesmo pela revolução. Nestes termos, a educação popular seria sempre instrumental. Sua dimensão política seria evidentemente privilegiada.

As propostas pedagógicas de Paulo Freire e, especialmente, seu método de alfabetização explicitavam exemplarmente essa dimensão política da educação popular. No método de alfabetização, a política era inerente à almejada conscientização do adulto iletrado. Ao vincular todas as atividades às experiências de vida dos adultos analfabetos, ao promover o diálogo dos participantes tendo em vista conduzi-los à reflexão crítica sobre experiências de vida evocadas por "palavras geradoras" ou "situações existenciais típicas", a almejada conscientização dos educandos confundia-se, claramente, com a busca de formação de uma consciência de classe entre os segmentos mais desfavorecidos da sociedade. Em suas origens, Paulo Freire não era um intelectual marxista e não defendia posições políticas radicais. Mas, na tensa conjuntura política vivida no Brasil nos primeiros anos da década de 1960, suas propostas para a educação popular seriam inevitavelmente julgadas sobretudo a partir de suas implicações políticas.

Em muitas manifestações, Paulo menciona o estudo da linguagem popular, e mais ainda, a busca de melhor comunicação do educador com as

pessoas do povo como um dos mais importantes pontos de partida na construção de suas propostas pedagógicas. As relações entre a linguagem e a construção das propostas de Paulo Freire podem ser um profícuo objeto de estudo.

SE: Os debates sobre a qualidade do ensino passam, hoje, necessariamente, pelos sistemas de avaliação nacional (ENEM, ENADE, Prova Brasil etc.) desenvolvidos pelo INEP. Qual a sua visão sobre o trabalho desenvolvido pelo INEP neste sentido?

Celso: Já há tempos o INEP vem realizando um bom trabalho. As provas de avaliação do ensino constituem parte importante na implementação de uma política mais ampla de avaliação e intervenção na qualidade do sistema de ensino.

O Conselho Universitário da USP, em 1995, discutiu em profundidade a posição a ser assumida em face da instituição de um processo de avaliação dos cursos universitários pelo MEC. Nessa ocasião, diversas unidades da USP e segmentos influentes do movimento estudantil universitário articulavam um movimento de resistência ao denominado "Provão". Defendi a proposta do MEC, argumentando que a questão não devia ser examinada considerando-se a USP ou mesmo as universidades públicas como ponto de referência. Essa iniciativa inscrevia-se numa atuação de alcance bem mais amplo, devia ser vista como lance inicial de construção de uma política de avaliação, supervisão e controle da qualidade do ensino superior no país, uma política cada vez mais indispensável após a multiplicação de universidades e instituições mantidas pela iniciativa privada. A USP e as universidades públicas deviam apoiar decididamente a iniciativa.

Era necessário criticar a qualidade das provas e, mais do que isso, considerar um conjunto de críticas mais ou menos procedentes às avaliações

dessa natureza, entre elas as evidências de que provas padronizadas poderiam induzir a padronização das instituições avaliadas ou poderiam levar ao nivelamento por baixo. Mas, naquele momento, impunha-se apoiar o Ministério da Educação na implementação dessa política. Por outro lado, era função da universidade pública envolver-se na crítica construtiva às propostas da administração.

Posteriormente, a avaliação diversificou suas práticas e ampliou sua atuação junto aos demais níveis da escolaridade. Mesmo considerando as mudanças introduzidas nas práticas da avaliação após aquelas discussões iniciais, não vejo razão para mudar as posições então assumidas. Continuo defendendo um apoio crítico à política de avaliações. Entre essas críticas, considero necessário avançar mais vigorosamente na produção de ações consequentes às avaliações. É certo que alguma coisa, nesse sentido, vem sendo feito, como por exemplo, nas propostas de vinculação de bolsas à frequência e ao desempenho das crianças na escola. Em outras palavras, não basta avaliar para comprovar aquilo que já sabemos há muito tempo, isto é, que boas escolas, bem administradas, com bons professores bem pagos, e alunos social e culturalmente privilegiados têm melhor desempenho - ou outras múltiplas possibilidades de manifestação dessa mesma correlação entre situação sociocultural e desempenho escolar. É preciso continuar construindo políticas públicas de enfrentamento das desigualdades e de outras questões captadas pelas avaliações.

SE: O que sugeriria a um jovem que estivesse começando hoje sua formação para a pesquisa no campo da educação?

Celso: Durante toda minha atividade na formação de alunos no curso de graduação de Pedagogia procurei seguir as orientações que encontrei nas práticas dos meus professores na antiga FFCL da USP. Orientei meus cursos

de sociologia da educação para, sempre que possível, estimular a leitura dos clássicos e dos meus autores preferidos na literatura sociológica, explorando as possibilidades de aproveitamento de suas pesquisas e reflexões na busca de compreensão das realidades estudadas pela sociologia da educação. Essa era uma orientação adotada para o conjunto dos alunos. Mas, mesmo nos cursos de graduação, nunca escondi meu interesse pelas questões do processo de expansão e melhoria da qualidade da educação pública.

Sob essa perspectiva, aos jovens que me procurassem atualmente para discutir seus interesses no campo da pesquisa em educação, eu poderia apresentar minhas impressões sobre a importância que atribuo a estudos sobre a articulação entre as experiências de educação popular e os trabalhos do professor na escola pública "regular". Acredito que as atitudes e as práticas dos jovens envolvidos nos movimentos de alfabetização de adultos, desde os mais remotos, na década de 1960, até aos atuais, poderiam dar contribuições importantes aos colegas educadores do ensino público "regular". Outras questões eventualmente fecundas para a busca de melhoria do ensino público poderiam ser investigadas no campo das expectativas de futuro dos jovens em suas relações com a escolaridade regular. São alguns exemplos, entre muitos outros possíveis.